



O Papel do Estado na Resolução de Conflito

Autor(res)

Cleidimar Silva Franca Rezende
Ana Paula Monteiro Da Silva

Categoria do Trabalho

6

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

Introdução

Este é um artigo científico que abordará o tema “O papel do Estado na resolução de Conflitos” que se refere a um estudo aprofundado sobre o tema, e discutido por Autores consagrados do Ordenamento Jurídico Brasileiro, entre eles destaca-se o brilhante e inigualável Marçal Justen Filho, que em uma de suas inúmeras discussões sobre o tema, proferiu a seguinte frase: “Embora necessária, a atuação do Estado na resolução de conflitos é insuficiente. É preciso que haja um ponto de equilíbrio entre Estado e sociedade”

Objetivo

Este trabalho foi desenvolvido para que pudesse despertar a busca pelo conhecimento, e a interação do aluno com diversos segmentos acadêmicos

Material e Métodos

Comece examinando uma variedade de fontes, como artigos acadêmicos, livros, jurisprudência e documentos legais relacionados à arbitragem. Isso ajuda a entender os fundamentos teóricos e as tendências atuais.

Analise casos reais de arbitragem para entender como os princípios e procedimentos são aplicados na prática. Isso pode envolver a análise de decisões arbitrais, bem como a comparação com casos judiciais similares.

Conduza entrevistas com profissionais da área de arbitragem, como árbitros, advogados especializados e partes envolvidas em disputas arbitrais. Isso proporciona insights práticos e experiências pessoais relevantes.

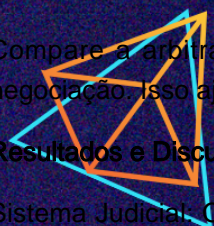
Compare a arbitragem com outros métodos de resolução de disputas, como litígios judiciais, mediação e negociação. Isso ajuda a entender as vantagens e desvantagens da arbitragem em diferentes contextos.

Resultados e Discussão

Sistema Judicial: O Estado estabelece e mantém um sistema judicial imparcial e eficiente para resolver disputas civis, criminais e administrativas. Os tribunais proporcionam um meio formal e legal para resolver conflitos, garantindo que as leis sejam aplicadas de forma justa e equitativa.



3ª MOSTRA CIENTÍFICA



Anhanguera



Legislação e Regulamentação: O Estado promulga leis e regulamentos que definem direitos e responsabilidades, bem como procedimentos para resolver conflitos. Essas leis criam um quadro legal que orienta as relações entre os cidadãos e as instituições, ajudando a prevenir e resolver disputas.

: O papel do Estado na solução de conflitos é fundamental para promover a justiça, a estabilidade e a coesão social. Abaixo estão demonstradas algumas maneiras pelas quais o Estado pode desempenhar esse papel:

I. Sistema Judicial: O Estado estabelece tribunais e sistemas legais para resolver disputas de forma imparcial e justa. Isso inclui desde pequenos litígios civis até casos criminais complexos.

Conclusão

Em conclusão, o papel do Estado na solução de conflitos é essencial para a manutenção da ordem, da justiça e da coesão social. Ao estabelecer sistemas legais, fornece recursos para resolver disputas e promover a prevenção de conflitos, o Estado desempenha um papel crucial na construção de sociedades pacíficas e resilientes. No entanto, é importante que o Estado atue de maneira imparcial, transparente e responsável, garantindo o acesso igualitário à justiça e buscando abordar as raízes profundas dos conflitos.

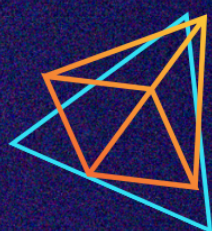
Referências

FAZOULI, Fábio Rodrigues. Cidadania, Democracia e estado democrático de direito. Revista Jurídica, Campinas, v. 18, n. 1, p. 61-97, 2002.

JUSTEN, Marçal Filho. O Papel do Estado na Solução de Conflitos. Escola Superior do Ministério Público da União, jun., 2020. Disponível em: < <https://escola.mpu.mp.br/> >. Acesso em: 04 de maio de 2024.

RANZOLIN, Ricardo (org.). Arbipedia. Comentários à Lei Brasileira de Arbitragem. Arbipedia, Porto Alegre, 2024. Disponível em: < <https://arbipedia.com/conteudo-exclusivo/7677> >. Acesso em: 05-05-2024.

3^A MOSTRA CIENTÍFICA



Anhanguera